



Anais da Assembléia

N.º 230

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1.997

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 70ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 030/97

Súmula: Autoriza o Senhor Governador Jaime Lerner ausentar-se do País.

Data: 15 de dezembro de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 20 do corrente mês e 04 de janeiro próximo, com destino ao Estados Unidos da América do Norte, a fim de participar de gestões preliminares com vistas à formalização e assinatura de contratos de financiamentos e, ainda, para tratar de outros assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.97.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezoito horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caito Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O Senhor 1º Secretário lê a mensagem do Governador do Estado.

Nos termos da Mensagem Governamental convoco a Assembléia Legislativa, para se reunir extraordinariamente no período de 17, desse mês, a 15 de janeiro, para a apreciação de matéria de relevante interesse público, já submetido a esta Casa, consubstanciada pelas mensagens encaminhadas durante o corrente ano.

A Assembléia Legislativa está convocada.

Mensagem:

Curitiba, 15 de dezembro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de, nos termos do Parágrafo 4º, inciso II, do art. 61, da Constituição Estadual, convocar essa Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, no período de 17 deste mês a 15 de janeiro próximo, para apreciação das matérias de relevante interesse público, já submetidas a essa Casa e consubstanciadas pelas Mensagens encaminhadas durante o corrente ano, além de outras que forem oportunamente propostas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, Parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados

Sobre a mesa, Mensagem nº 119/97, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, convocando extraordinariamente esta Assembléia no período de 17 deste mês a 15 de janeiro próximo. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 782/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra e outros, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de empréstimo interno, através das Instituições de Ensino Superior, do Estado do Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 com garantia de desmobilização patrimonial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 702/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar operações de empréstimos através das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até o valor dos bens a serem de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme programa de recuperação e ampliação dos meios físicos das Instituições de Ensino Superior, instituído pelo Ministério de Educação e Desporto - MEC, para ser implementado conjuntamente com aquela instituição financeira.

Art. 2º - A presente operação de crédito, destina-se a fazer frente às despesas de investimento das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica autorizada a apresentação de garantia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante mobilização patrimonial.

Art. 4º - Fica, igualmente, autorizado o Governo do Estado do Paraná, a prestar garantias reais complementares ao financiamento ora autorizado, caso não sejam suficientes garantias indicadas no art. 3º e seus incisos, com imóveis de sua propriedade, até o limite de R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais).

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 492/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/97, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná, para o exercício de 1998. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PRJETO DE LEI Nº 492/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1998, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta;

II - O Orçamento de Investimentos das empresas públicas das sociedades de economia mista.

SEÇÃO II - DE ESTIMA DE RECEITA

Art. 2º - A Receita total, compreendendo os Orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$ 13.063.861.837,00 (treze bilhões, sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e sete reais).

Parágrafo Único - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 30 da Lei Estadual nº

11.802, de 17 de julho de 1997, e a Legislação Estadual pertinente, nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO
R\$ 10.563.653.757

1.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 5.261.372.360
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 5.302.281.397

2 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL E FUNDOS (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)
R\$ 1.597.628.990

2.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 1.376.925.310
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 220.703.680

3 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PAR O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL)
R\$ 902.579.090

3.1 - RECEITAS CORRNTES R\$ 585.853.240
3.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 316.725.850

4 - TOTAL DA RECEITA R\$ 13.063.861.837
4.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 7.224.150.910
4.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 5.839.710.824

SEÇÃO III - DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração indireta discriminados no anexo III, estimam a receita em R\$ 12.161.282.747,00 (doze bilhões, cento e sessenta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.371.285.130,00 (Um bilhão, trezentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no anexo VI desta Lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam no anexo II, integralmente desta Lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no anexo V desta Lei.

SEÇÃO IV - DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1997, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1997, dando ciência prévia a Assembleia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração indireta e do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das

Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Parágrafo 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências Federais.

Parágrafo 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

SEÇÃO V – DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações previstas neste Orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de Recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de Receitas Próprias da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal, nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

IV - Proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos e atividades e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei a nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado.

Art. 10 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu Orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 11 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

SEÇÃO VI – DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas com vistas a sua otimização administrativa, em especial os referidos nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização ou descentralização dos recursos para o pagamento de precatórios, das dotações do Tesouro Estadual, previstas na Procuradoria Geral do Estado, administração geral do Estado – recursos sob a supervisão da SEFA e nas unidades da Administração indireta do Estado.

SEÇÃO VII – DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CRITÉRIOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 14 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos do título VI, capítulo I,

da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da Receita, nos termos da Lei.

SEÇÃO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7º desta Lei.

Art. 16 - Fica assegurada a desatinação de 10% (dez por cento) dos recolhimentos das taxas de serviço do DETRAN e taxa de saúde, taxa de segurança, receitas do concurso de prognósticos, do IPVA (embarcações) e Lei do bingo nos termos da Lei nº 11.091 – para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, destinado à implementação de programas de assistência ao menor.

Art. 17 - De acordo com as alterações procedidas no Art. 2 desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a elevar a receita de recolhimento centralizado no montante de R\$ 1.216.494,00 (Um bilhão, duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais)

Parágrafo Único - O valor a que se refere o caput desse artigo será incorporado nos códigos 1762.01.00 e 2462.01.00 – Transferências de convênios com órgãos Federais.

Art. 18 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI e VII, devendo, o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.97.

(a) CEZAR SILVESTRI – Presidente
DURVAL AMARAL – Relator

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a leitura da sinopse dos trabalhos da Assembléia Legislativa, realizada no período de Sessões Ordinárias, da 13ª Legislativa até a presente data.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) – Procede à leitura da sinopse dos trabalhos legislativos.
(Fotocópia em anexo).

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sinopse dos trabalhos legislativos e administrativos do período ordinário, compreendido entre 15 de fevereiro à 15 de dezembro de 1.997.

SESSÃO DE INSTALAÇÃO.....	0001
SESSÕES ORDINÁRIAS.....	0140
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	0070
SESSÕES SOLENES.....	0015
SESSÕES ESPECIAIS.....	0002
PROJETOS DE LEI APRESENTADOS.....	0718
PROJETOS DE LEI VETADOS INTEGRALMENTE.....	0007
PROJETOS DE LEI VETADOS PARCIALMENTE.....	0001
PROJETOS DE LEI SANCIONADOS PELO GOVERNADOR.....	0210
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR.....	0009
PROPOSIÇÕES.....	0022
PROJETOS DE RESOLUÇÃO APRESNETADOS.....	0032
PROJETOS DE RESOLUÇÃO APROVADOS.....	0034

RESOLUÇÕES PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE.....	0034
DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS PELO PRESIDENTE.....	0029
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO.....	0025
MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR.....	0115
REQUERIMENTOS DOS SENHORES DEPUTADOS.....	2304
OFÍCIOS EXPEDIDOS PARA O SR. GOVERNADOR.....	0082
OFÍCIOS EXPEDIDOS.....	5496
OFÍCIOS RECEBIDOS.....	1342
OFÍCIOS INTERNOS.....	1043
ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	0382
PORTARIAS.....	0143

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento nº 3303, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Solicito ao Senhor 2º Secretário que proceda a leitura da Ata de encerramento.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede à leitura da Ata de encerramento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, bem como o período de sessões da 3ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, convocando os Senhores Deputados para a Sessão de Instalação do período

extraordinário, a realizar-se quarta-feira, dia 17 às 14:00 horas.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 174/97

colocar, a disposição da AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná, na Cidade de União da Vitória, a servidora MARIA SALETTE RODRIGUES DE MELO, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 168/97

Colocar, a disposição da SECRETARIA DO ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, na cidade de Ponta Grossa, a servidora CINTIA KARINA AMORIM ROSA, com ônus para o órgão de origem. GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 11.12.97.

-(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral